

## POLÍTICAS PÚBLICAS E COMPROMISSOS INSTITUCIONAIS EM TORNO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA CAFEICULTURA FAMILIAR DO SUL DE MINAS

Miguel Angelo da Silveira<sup>1</sup>; Maira Le Moal<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Pesquisador, D.Sc., Embrapa Meio Ambiente, Jaguariúna, SP, miguel@cnpma.embrapa.br

<sup>2</sup> Consultora. Bs., Autônoma, Piracicaba, SP. maira.lemoal@gmail.com

**RESUMO:** Este trabalho analisa a evolução histórica das relações entre o Estado e a agricultura, com destaque para o tratamento dado ao segmento familiar da cafeicultura sul mineira. Destaca-se que o texto busca contribuir para o esforço mais abrangente de sistematização e reflexão acerca da produção de políticas públicas em torno do desenvolvimento sustentável. Nas considerações finais o texto apresenta uma breve reflexão a respeito dos desafios que se colocam para as políticas públicas relacionadas à agricultura familiar, principalmente sobre as questões do produtor como objeto e sujeito dessas políticas.

**Palavras-chave:** papel do Estado; agricultura familiar; desenvolvimento regional; relações de poder.

### PUBLIC POLICIES AND INSTITUTIONAL COMMITMENTS AROUND THE SUSTAINABLE DEVELOPMENT OF THE FAMILY COFFEE PRODUCTION IN THE SOUTHERN REGION OF MINAS GERAIS, BRAZIL

**ABSTRACT:** This work analyzes the historical evolution of the relation between the State and agriculture, focusing especially on family-based coffee production in the Southern region of Minas Gerais. The purpose of this work is to contribute to a broader reflection and systematization of public policies surrounding sustainable development. To conclude, we present a brief discussion of the challenges facing the development of public policies relating to family farmers, especially the issues of the family farmer as both object and subject of these policies.

**Key words:** State's role; family agriculture; regional development; power relations.

### INTRODUÇÃO

Este trabalho<sup>1</sup> analisa, dentro de uma perspectiva histórico/temporal, a forma de intervenção do Estado nos setores agrícola e rural do Sul de Minas, considerando o processo de emergência e desenvolvimento da agricultura familiar.

Em Minas Gerais, o maior produtor nacional de café com 50,8% da produção do país, a cafeicultura sempre exerceu uma significativa influência na economia do estado. Atualmente a cultura é o segundo produto da pauta mineira de exportações, atrás apenas do minério de ferro. A estimativa de produção para 2009 aponta para uma produção entre 17.939 e 18.858 mil sacas de café beneficiado (CONAB, 2009).

O Sul de Minas, sob o aspecto da sua colonização, distingue-se das demais regiões mineiras dadas às suas condições geológicas, seu clima e sua fertilidade, que lhe proporcionaram acompanhar o deslocamento da economia brasileira: experimentou o progresso de civilização no ciclo do ouro, passando pela economia de subsistência, chegando ao ciclo do café e, a partir da segunda metade dos anos 1970, vivendo um processo acelerado de industrialização que também levou à chamada modernização conservadora de sua agropecuária.

### MATERIAL E MÉTODOS

Metodologicamente estabeleceu-se uma periodização que se inicia no final do Império. Assim, limita-se a cobrir a fase republicana que é subdividida em quatro períodos: 1) aliança oligárquica (1889 - 1930), 2) pacto populista (1930 - 1964), 3) pacto militar (1964 - 1985) e 4) pacto democrático-liberal (a partir de 1985). Esta fase coberta pela pesquisa corresponde, na visão de Delfim Neto (1973), à de maior dinamismo da história da agropecuária da região na qual se acentuou, a partir de 1900, a exportação de café, o produto de maior destaque do Sul de Minas.

A área de estudo corresponde ao Sul de Minas, uma das dez Regiões de Planejamento (RP) do estado, onde se concentra a maior produção de café do país, historicamente apoiada em bases familiares, técnica e socialmente, e em áreas de montanhas, sendo também a cultura responsável por uma forte identidade territorial aí existente (AZEVEDO,

---

<sup>1</sup> Trata-se de um extrato do relatório do estudo de caso do Sul de Minas, componente de uma pesquisa internacional sobre políticas públicas e desenvolvimento, coordenada pelo CIRAD/França, que no Brasil cobre outras três áreas nos estados do Pará, Paraíba e Rio Grande do Sul.

2005). Nos últimos anos a região do Sul de Minas, cuja produção de café, em 2002, correspondeu a 70% da renda das propriedades rurais, foi responsável por 53% da produção, ante 29% da RP da Mata e 18% da RP Triângulo (PRADO, 2002).

A revisão bibliográfica se vale de relatórios oficiais do governo mineiro, notadamente da Fundação João Pinheiro, teses, livros e outros textos científicos, documentos de órgãos públicos e de organizações de agricultores, bem como de depoimentos de informantes-chave qualificados tais como técnicos de antigos órgãos públicos e pesquisadores que concluíram ou continuam conduzindo pesquisas na área.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 1) Período da aliança oligárquica (1889 - 1930)

A tônica da política e da economia do país no período da chamada aliança oligárquica, entre 1889 e 1930, era determinada pelos cafezais, com a riqueza do país concentrada nas mãos dos ‘Barões do Café’. A produção do Brasil somava 26 milhões de pés de café plantados e tal pujança possibilitou, entre outras, a construção de ferrovias como a Estrada de Ferro Santos-Jundiaí, para facilitar o escoamento da produção (BACHA, 1998).

A economia do país foi dominada pelo café por três quartos de século, fato que levou o estado de São Paulo a concentrar quase a totalidade da riqueza produzida nacionalmente. Os produtores de café formavam a elite social e política do país e até a chegada da crise de 1929, com o fim da fase de ouro do café, construíram grandes mansões, ferrovias e a base da indústria paulista. “Com os preços lá embaixo e a interrupção do financiamento junto aos bancos estrangeiros, o domínio brasileiro no mercado de café receberia o seu pior golpe” (ESPECIAL...2006).

Minas Gerais, por força de suas características, não formou um complexo cafeeiro tão importante e dinâmico como o de São Paulo até 1930 ou, como o do Rio de Janeiro, no século XIX. A cafeicultura do estado seguiu na esteira da paulista com a sua marca específica de ter, durante todo o século passado, competido com a pecuária na utilização dos fatores de produção. Para Cano (1985), a agricultura mineira tampouco se diversificou plenamente no período da expansão da cafeicultura, “certamente por sua menor possibilidade de alcançar mercados monetizados”.

Já no Sul de Minas, na visão de Quirino (1977), a economia regional contemporânea sempre se concentrou no setor agropecuário, embora por volta de 1920 abrigasse o maior número de estabelecimentos industriais do estado, no entanto, caracterizados como pequenas unidades produtivas voltadas basicamente para a produção de alimentos.

Desde as primeiras décadas do século XX “a cafeicultura e a pecuária compunham a parte principal da geração do produto agropecuário do Sul de Minas, composição esta que perdurou até os anos 1930” (BACHA, 1988).

Assim também informa Cano (1985), ao analisar as políticas estaduais elaboradas a partir de 1930, período em que o Governo Federal centraliza o comando da política cafeeira. O governo mineiro passou a dispensar mais recursos para produtos como cereais, uva, fumo e algodão, bem como a outras culturas, inclusive com a distribuição de sementes e vendas de equipamentos a preço de custo, por causa da diminuição da importância da cultura do café.

Mesmo assim, a despeito da subordinação da sua cafeicultura, que não chegou a formar um complexo cafeeiro, e da débil recuperação do setor agrícola, Minas Gerais não foi capaz de evitar o precoce êxodo rural que, segundo o Censo de 1939, indicava a perda de 8,6% da sua população para o resto do país (CANO, 1985).

### 2) Período do pacto populista (1930 – 1964)

No contexto político nacional, a partir de 1930, surge a aliança temporária entre facções burguesas sem vínculo com a cultura cafeeira, classes médias e o setor militar, de acordo com Filetto (2000). As relações entre o Estado e a sociedade são modificadas e as oligarquias são parcialmente derrotadas, mas “não destruídas”, pelas classes urbanas e são criadas condições para o “desenvolvimento do Estado burguês, como um sistema que engloba instituições políticas, econômicas, bem como padrões e valores sociais e culturais burgueses” (FILETTO, 2000).

Estudos do governo de Minas, para o período de 1930 a 1933, destacados no Relatório “A agropecuária mineira: sua história, sua evolução” (MINAS GERAIS, 1979) informam sobre a dificuldade em apontar alguma iniciativa de vulto em favor da agricultura e pecuária naquele “conturbado período”.

Uma crise generalizada se instaura na economia mineira já no final de 1930, que se resumia na redução drástica das exportações de café, a atividade econômica mais importante do estado. Com isto há uma queda de arrecadação, da qual uma parte importante advinha do imposto de exportação de café. Além desses fatos há o “aumento da dívida pública e crescimento da corrente emigratória do estado, retratando a crise econômica e financeira por que passava Minas Gerais” (DINIZ, 1981).

Minas Gerais, considerando o espaço entre 1931 e 1945 e em relação à produção de café, situava-se em posição secundária à São Paulo, mas passou a disputar o posto de maior produtor agrícola voltado para a alimentação, com São Paulo e com o Rio Grande do Sul (MINAS GERAIS, 1979).

Com o final da guerra em 1945 houve uma grande procura pelo café brasileiro, dado o seu baixo preço internacional. Mais tarde, em 1949, a comercialização de todo o estoque do governo, “deixando transparecer um cenário de tranquilidade para a cultura”, precipitou a alta dos preços. Em Minas Gerais somente a partir de 1946 até 1961, foi que a cafeicultura expandiu-se em todas as direções do estado, apresentando um maior crescimento no Sul de Minas,

que já era, desde o início da Segunda Guerra Mundial, a região de maior produção com 39,62% da oferta produtiva (MINAS GERAIS, 1979).

Entre 1948 e 1962, as áreas cafeeiras de Minas Gerais, notadamente as do Sul de Minas, eram também importantes produtoras de milho, arroz, feijão, cana-de-açúcar e mandioca, bem como de laticínios e de suínos. Como todas essas atividades cresceram, constata-se que a cafeicultura não monopolizava a área e tampouco a expansão da atividade agropecuária (MINAS GERAIS, 1979).

Assim, a análise da agricultura mineira para o período de 1950 a 1964, baseada largamente no Diagnóstico da Economia Mineira (MINAS GERAIS, 1978b), revela que ela dependia, de modo bem significativo, de sete produtos, cujo valor de produção representava cerca de 90% do total observado para o estado, cultivados nas principais zonas produtoras: algodão, arroz, café, cana, milho, mandioca e feijão.

No espaço de tempo entre 1946 e 1961 a cafeicultura mineira cresceu, segundo Bacha (1988), em ritmo menor que a do restante do país (“mesmo com a ocorrência de fortes estímulos de preços entre 1946 a 1954”), caindo do segundo para o terceiro posto no *ranking* dos estados produtores de café. O estado do Paraná assumia o primeiro posto.

Porém, nos anos seguintes Minas Gerais promove uma forte erradicação de cafeeiros, fazendo coro com a redução da atividade no Brasil devido a programas específicos do Governo Federal, preços baixos e às geadas do Paraná. Um maior dinamismo de áreas de produção econômica, fora da agropecuária, provocou uma grande redução na contribuição do café na geração do produto interno mineiro, em comparação com as do período anterior (BACHA, 1988).

A drástica redução da oferta de café, promovida pelo governo federal, em função de compras sistemáticas ocorridas nos anos anteriores, foi protagonizada por dois programas de erradicação subvencionados, em 1962 e em 1966. Essas ações provocaram a baixa da produção, a partir de 1963/64, e o governo foi obrigado a lançar mão de seus estoques para atender os mercados interno e internacional, que caíram de 65 milhões de sacas em 1965 para 5,7 milhões em 1968 (MINAS GERAIS, 1978b).

### 3) Período do pacto militar (1964 – 1985)

O Sul de Minas entre os anos 1960 e 1970, ainda era uma região predominantemente agrícola, com 56% da sua população economicamente ativa concentrada no trabalho agropecuário. A partir das metas fixadas pelo I Plano Mineiro de Desenvolvimento Econômico e Social, dinamiza-se o setor secundário e a região passa a se caracterizar como uma “sociedade em transição da economia agrícola para industrial” (Quirino, 1977).

A forte arrancada industrial havida em Minas Gerais neste período provocou a aceleração do êxodo rural, com a conseqüente diminuição da oferta potencial de mão-de-obra e do subemprego no meio rural, que aliados à questão da urbanização, foram os problemas sociais mais graves. Estes fatos particulares introduziram profundas mudanças nas condições de mercado dos produtos agropecuários, bem como nos mercados de mão-de-obra rural (MINAS GERAIS, 1978b).

Os números apresentados neste e nos parágrafos seguintes, a não ser quando houver uma indicação específica, são baseados no relatório da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral – Suplan/Sei (MINAS GERAIS, 1978b) e ilustram a afirmativa anterior: em 1970 a população rural do estado era de 6.059 mil habitantes, representando 53% da população global; em 1977 a sua participação cai para 37% e a população rural decresce para 4.885 mil habitantes.

O vertiginoso crescimento da demanda de alimentos e de matérias primas contribuiu, de forma importante, com uma ampla margem para o aumento da produção agrícola em Minas Gerais, efetivamente verificada naqueles anos, contudo, dentro do contexto elitista que marcou todo o processo da modernização conservadora em diversas regiões brasileiras.

Assim, no período 1970-1977, a agricultura mineira conseguiu elevar o seu Valor Bruto de Produção Agrícola (VBPA) em 240%. O café era um dos quatro produtos dos quais a economia agrícola de Minas Gerais dependia fortemente, além do milho, arroz e feijão, que juntos contribuía com cerca de 69% do VBPA. Sendo o principal componente do VBPA em Minas Gerais, apesar das crises eventuais, o café apresentou uma tendência de alta nos preços pagos aos produtores mineiros, ao longo do período.

Já com relação à área cultivada com o café, foram percebidas duas tendências: uma decrescente, na década de 60, com a implantação do Programa de Erradicação e outra de elevação bem delineada, nos sete primeiros anos da década de 70, provocada pelo Plano de Renovação. Neste último período, o crescimento médio efetivo da área colhida foi de 3,8% ao ano.

Em termos de distribuição regional, a produção de café em Minas Gerais apresentou profundas modificações ao longo do tempo. O Sul de Minas detinha, no período, em termos médios, cerca de 64% da produção total do estado, seguido pela Zona da Mata, com 16,4% da produção total e a região do Rio Doce, com 10%. Em conjunto, as três regiões respondiam, em média, por 90% da produção.

A característica de nova/moderna cafeicultura expandiu-se inserida num contexto agrícola de especialização, diferentemente do que havia experimentado em períodos anteriores. Quanto ao período de 1964-1985 o relatório constatou uma forte expansão da cafeicultura em Minas Gerais em relação aos estados de São Paulo e Paraná, a ponto de Minas ter deixado de ter uma posição secundária na cafeicultura nacional.

Já para Bacha (1998), a cafeicultura mineira passou por um rápido processo de concentração na década de 1970, o que informa que os ganhos obtidos com o café foram concentrados por grandes cafeicultores, entendidos como sendo aqueles que tinham os maiores cafezais em área.

No Sul de Minas, ainda conforme o mesmo autor, o café não monopolizava o uso da terra, mas sim a “geração da renda bruta nas propriedades cafeeiras” e a pecuária continuou a ser a principal atividade concorrente pelo fator terra, fato observado desde o início do século XX (BACHA, 1988).

Para os anos 1980 os dados do IBGE indicavam, conforme ainda o relatório da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral – Suplan/Sei (MINAS GERAIS, 1978b), que mais de 60% dos cafeicultores possuíam propriedades rurais com área inferior a 50 ha e área com café inferior a 5 ha. Entretanto, 72,6% da produção de café era proveniente de propriedades com mais de 50 mil covas, 22,3 de propriedades com 10 a 50 mil covas e apenas 5% com até 10 mil covas.

Mais tarde, em 1985, o café ocupava 20,92% da área das propriedades cafeeiras do Sul de Minas, enquanto as pastagens ocupavam 56,90%. Não obstante, o café foi responsável por 72,73% da renda bruta das propriedades, enquanto a carne e leite responderam por 19,95%. Quanto maior a percentagem da área ocupada com café, conforme o mesmo autor acima citado, menor era a percentagem da área ocupada com pastagens, evidência da competição da cafeicultura com a pecuária pelo fator terra.

Já quanto à estrutura fundiária constatava-se uma significativa concentração da propriedade da terra em Minas Gerais, situação esta que se manteve praticamente sem alteração no período de 1960-1975. Assim é que, em 1960, os estabelecimentos com área inferior a 100 hectares, correspondiam a 80,8% do total e respondiam por 21% da propriedade da terra. Por outro lado, os estabelecimentos com mais de 1.000 hectares correspondiam a apenas 1,3% do total das unidades de produção e exerciam o controle sobre 3,2% do total das terras. Em 1975, quinze anos depois, a situação permaneceu a mesma no estrato inferior a 100 hectares e, nos grandes estabelecimentos rurais com mais de 1.000 hectares, houve uma ligeira diminuição no número e superfície.

Quanto ao tema da oferta da mão-de-obra rural, de uma forma geral, no período entre 1960 e 1975, as mudanças eram causadas pela falta de atrativos para a permanência no campo. Em 1960, 60,0% da população mineira residia no meio rural; em 1970 o índice era de 47,2% e, em 1975, caiu para 40,1%. Estas quedas na oferta de mão-de-obra agrícola total têm como principal causa o êxodo rural que, por sua vez, era função de fatores tais como: 1) desemprego – relacionado, em parte, com a adoção das chamadas tecnologias modernas; 2) diferencial de salários – em favor do trabalhador urbano; e 3) qualidade de vida, em termos de habitação, saúde, alimentação, educação e lazer, melhores na cidade que induziam o trabalhador rural a migrar para as cidades.

Em suma, o êxodo rural mineiro, dentre todos os estados brasileiros foi o que apresentou as maiores perdas rurais no período de 1950-1980, tendo sido superado apenas por São Paulo entre 1960-1970 e seguido de perto pelo Paraná entre 1970-1980. “O êxodo rural mineiro representou no período 1950-1980 em torno de 50% do valor agregado referente aos dez estados nordestinos” (HADDAD, 1982).

#### **4) Período do pacto democrático-liberal (a partir de 1985)**

A partir de 1985, a pequena participação dos grandes latifúndios na estrutura fundiária do Sul de Minas, que ocupavam 6,14% da área regional, conferia à região uma menor concentração da distribuição da terra. A região continuava a ser a principal produtora agrícola do estado, posição esta que se deveu, fundamentalmente, à cafeicultura que teve um grande impulso com o Plano de Renovação e Revigoração dos Cafezais, implantado a partir de 1969-1970. Nos anos 1980 a região sul produzia, em média, 59,8% do café mineiro, em uma área correspondente a 36,0% da área regional plantada e com um alto padrão tecnológico (BANCO...1989b).

Apresentando uma crescente especialização no cultivo de café, que era o produto de maior participação no VBPA com 34,1%, a agricultura do Sul de Minas alcançava “altos rendimentos e expressivos volumes de produção”. Assim, o café era seguido pela cultura da batata com 18,4%, milho com 18,2%, cana-de-açúcar com 9,0%, arroz com 5,7% e feijão com 5,6% (BANCO...1989b).

Nos anos 1990 no Sul de Minas, “de clima ameno e com bom nível de precipitação e distribuição de chuvas, a agricultura era praticada, em grande parte, por agricultores familiares”. Em 1996, além de contar com o maior parque, a maior área e a maior produção cafeeira, esta RP tinha também a maior ocorrência estadual de propriedades familiares. Porém, diferentemente de outras áreas de Minas, as famílias não produziam apenas para a sua subsistência, pois tinham também uma atitude empresarial (BANCO...1989b).

A participação do Sul de Minas no PIB agropecuário de Minas Gerais ao longo dos anos 1990, a mais alta do estado, manteve-se entre os 20,0% em média, com uma grande variação positiva ocorrida em 1994 com 25,52%. Em 1998 o índice era de 24,65% contra 20,0% em 1990 (BANCO...1989b).

Com a entrada dos anos 2000, o Sul de Minas manteve a posição de maior produtor estadual de café com “perfil modernizado”, cujas características foram agregadas a partir da década de 1970. No caso da cafeicultura mineira os Planos de Renovação dos Cafezais foram os instrumentos que lhe serviram de apoio (PRADO, 2002).

Como conseqüência, nos anos 2000-2001, a contribuição da cadeia produtiva do café da região era de “R\$ 8 bilhões dos cerca de R\$ 30 bilhões que compunham o PIB do agronegócio mineiro. A região Sul de Minas participava com 48,5% do total da produção, seguida por Alto Paranaíba com 28,5% e Triângulo (áreas de Cerrados) com 23,0%” (PRADO, 2002).

A novidade no Sul de Minas, nestes anos, era o início da produção orgânica de café, processada, a exemplo da produção convencional, por via natural. Mais recentemente, o setor de produção de café em Minas Gerais tem passado por significativas transformações acompanhadas da preocupação constante com a introdução de novos processos de produção que visam a qualidade, produtividade e redução de custos (PRADO, 2002).

Um exemplo ilustrador vem de alguns municípios sul mineiros, como Poço Fundo, Machado, Campestre, Cristina, Carmo de Minas, Pedralva e Nova Resende, tipicamente produtores de café em base familiar, os quais vivem a experiência de produção e comercialização certificada de café, que rompe com a dependência da cafeicultura familiar com os canais tradicionais, que a exclui e expropria.

Dois projetos coletivos têm como referência a produção e a exportação mundial de café orgânico Fair Trade brasileiro: COOPERVITAE - Cooperativa Agropecuária dos Produtores Orgânicos de Nova Resende e Região Ltda e a COOPFAM - Cooperativa dos Pequenos Agricultores de Poço Fundo e Região, ambas certificadas pela BCS Óko-Garantie e Fair Trade.

Algumas iniciativas de associações de agricultores, em parceria com órgãos públicos de pesquisa e ensino, estão sendo levadas a efeito recentemente em Machado e Poço Fundo e demonstram o interesse manifesto concernente às indicações geográficas de qualidade. Abrem-se, assim, amplas possibilidades para a cafeicultura familiar do Sul de Minas, destacando-se a viabilidade de certificação de origem e qualidade de seus produtos.

Contudo, a estrutura agroindustrial do café do Sul de Minas, imprimindo características de modernidade à atividade cafeeira, não rompeu com a característica que já no final dos anos 1990 agregava valor à cadeia: a tradição na produção de cafés de boa qualidade. Esta característica preservada se deve, além da questão cultural e histórica, à existência de áreas de aptidão para a cultura que ocupam praticamente toda a RP.

## CONCLUSÕES

Este trabalho analisou, na chamada fase republicana, a evolução histórica das relações entre o Estado e a agricultura do Sul de Minas, enfatizando o tratamento dado pelo Estado ao segmento familiar e a sua participação na formação econômica e social da região estudada.

A área analisada corresponde à RP Sul de Minas, palco de uma economia ativa, marcada pela multiplicação de agentes econômicos ligados à agropecuária (comerciantes, cooperativas, empresas de insumos), por empresas agroalimentares e um mercado de trabalho particularmente dinâmico. A especialização cafeeira (sempre crescente) se inscreve ademais, dentro de uma cultura camponesa de longa data, em áreas de montanha, assegurando ao Sul de Minas uma forte tipicidade territorial.

A atividade cafeeira é de grande importância para a região Sul de Minas, pois gera riqueza, impostos, sustenta a economia de vários municípios e propicia, para milhares de pessoas, empregos nas mais diversas formas, permanentes e temporários, para agricultores, técnicos, engenheiros etc.

A partir dos anos 1930 principalmente, outros cultivos agrícolas e produtos pecuários do estado puderam contribuir com o PIB mineiro, com destaque às culturas do milho, feijão, cana-de-açúcar, arroz, mandioca e à produção de leite, sempre com a participação importante dos agricultores familiares.

A partir deste período também, o setor público mineiro se posicionou de forma a alavancar a expansão capitalista do estado. Empresas estatais foram criadas, planos de desenvolvimento estabelecidos, sistemas de crédito subsidiado disponibilizados, reorganização dos serviços oficiais de pesquisa e extensão rural, além da sempre presente convicção de que a industrialização seria o caminho capaz de superar o atraso econômico.

Assim, a preferência pela maximização do lucro reafirmou as condições de desigualdade da agricultura familiar, em função de seu caráter estruturalmente distinto do segmento patronal da agricultura. Mesmo que a partir dos anos 1980 fatos novos no campo da política tenham ocorrido, como as negociações em torno do Pronaf, por exemplo, por intermédio dos quais a agricultura familiar foi objeto e sujeito, o caminho para uma transformação substantiva ainda não foi trilhado.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZEVEDO, A. F. de. **Retornos e riscos na comercialização de café em Minas Gerais**. 2005. 82 f. Dissertação (Mestrado em Gestão e dinâmica de cadeias produtivas) - Departamento de Administração, UFLA, Lavras, 2005.
- BACHA, C. J. C. **Evolução recente da cafeicultura mineira: determinantes e impactos**. 1988. 2 v. Tese (Doutorado em Economia) - Faculdade de Economia e Administração, USP, São Paulo, 1988.
- BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS. **Economia mineira -1989: diagnóstico e perspectivas**. v.3. Agropecuária. Tomo 2. Regionalização da produção. Belo Horizonte, 1989b.
- CANO, W. Padrões diferenciados das principais regiões cafeeiras (1850-1930). **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 291-306, maio/ago. 1985.
- CONAB. **Acompanhamento da safra brasileira - Café: safra 2009, primeira estimativa, janeiro/2009**. Brasília: Companhia Nacional de Abastecimento, 2009. 15 p. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/conabweb/download/safra/4cafe08.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2009.
- DELFIN NETO, A. O problema do café no Brasil. In: MALTA, M.M. (Org.). **Ensaio sobre o café e desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas: IBC, 1973. p. 41-160.

- DINIZ, C. C. **Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira**. Belo Horizonte: UFMG, PROED, 1981. 260 p. (Dissertações e teses, 3).
- ESPECIAL dia do café: delícias, sabores & segredos do café. Patrocínio, MG: Cafeicultura, 2006. Disponível em: <http://www.revistacafeicultura.com.br/index.php?tipo=ler&mat=6258>. Acesso em: 03 ago. 2008.
- FILETTO, F. **Trajetórias históricas do café na região sul de Minas Gerais**. 2000. 133 f.. Dissertação (Mestrado em Administração Rural e Desenvolvimento) - Departamento de Administração, UFLA, Lavras, 2000.
- HADDAD, P. R. Minas na década de 80. **Fundação JP Análise e Conjuntura**, Belo Horizonte, v. 12, n. 3/4, p. 89-104, mar./abr. 1982.
- MINAS GERAIS. Secretaria de Estado da Agricultura. **A agropecuária mineira: sua história, sua evolução**. Belo Horizonte, 1979. 146 p.
- MINAS GERAIS. Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral. SUPLAN/SEI. **Comportamento da economia mineira, período 1960-1977; setor agropecuário**: versão preliminar. Belo Horizonte, 1978b. v.1. (Documento n.7). 254 p.
- PRADO, G. A. do **Transformando o desenvolvimento da agropecuária**. Belo Horizonte: BDMG, 2002. 223 p. (Minas Gerais do Século XXI, 4).
- QUIRINO, T. R. *et al.* **Fábricas e homens: um estudo do sul de Minas sobre recursos humanos para a indústria**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1977. 203 p.